



REQUERIMENTO N° 35 , DE 2013 - CAE

Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com objetivo de analisar a conjuntura econômica nacional, com ênfase no crescimento limitado do PIB e na deterioração das contas externas e públicas, além da perspectivas de crescimento econômico para os próximos anos.

Para tanto indico como convidados:

Ilan Goldfan, Economista-chefe do Itaú Unibanco e sócio do Itaú BBA, Ex- diretor de política econômica do Banco Central (2000-2003) e economista do FMI (1996-1999);

Luiz Gonzaga Belluzzo, Professor Titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Alexandre Schwartzman, Consultor e ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (2003-2006).

Delfim Netto, Consultor e ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento.

Monica de Bolle, Diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), Economista-Chefe da área de Pesquisa Macroeconômica Internacional do Banco BBM de 2005 a 2006. Trabalhou no Fundo Monetário Internacional em Washington, D.C. entre 2000 e 2005.

→ MURKOS PORTUGAL

→ REINHOLD GÖTTSCHE



69440.17029

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos últimos dias foram divulgados dados sobre a economia brasileira que podem ser considerados no mínimo preocupantes. Na quarta-feira passada, o IBGE revelou que o crescimento do PIB no primeiro trimestre alcançou apenas 0,6%, quando se esperava um aumento entre 0,8 e 1,0%. A produção industrial declinou 0,3% e os serviços registraram expansão de 0,5%. O excelente desempenho da agropecuária de 9,7% não deve se repetir e há dúvidas quanto à manutenção da expansão dos investimentos. Assim, a expansão do PIB de 2013, segundo a estimativa dos analistas do mercado recuou de 2,93% para 2,77%. Foi a terceira queda consecutiva deste indicador. Para 2014, a previsão de crescimento da economia brasileira caiu de 3,50% para 3,40%.

No front fiscal, os dados de abril, divulgados pelo Banco Central na última sexta-feira, apontaram deterioração nas contas públicas. Foi registrado o menor resultado primário para o mês de 2004. No acumulado do quadrimestre, o superávit primário ficou abaixo 31,4% em relação ao mesmo período do ano passado. O superávit em 12 meses está abaixo não só da meta de 3,1% do PIB fixada para este ano, como também da estimativa do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de alcançar um saldo positivo de 2,3% ao final de 2013.

Pelo lado das contas externas, as estatísticas divulgadas ontem apontam novo revés. Embora o País tenha registrado um superávit comercial em maio, esse valor é o pior desde 2002. Na parcial dos cinco meses deste ano, segundo o Ministério do Desenvolvimento, a balança comercial acumula um déficit de US\$ 5,392 bilhões (o pior da série histórica no período, que teve início em 1993) ante um superávit de US\$ 6,261 bilhões em igual período do ano passado. Portanto, o setor externo está contribuindo negativamente para o desempenho do PIB. Ainda assim, os analistas de mercado preveem um superávit comercial de US\$ 8,3 bilhões em 2013, embora há quatro semanas atrás o superávit esperado era de US\$ 10 bilhões. Já o déficit em conta-corrente, a previsão de mercado é que 2013 alcance a marca de US\$ 72,2 bilhões.

O fato é que a piora das contas fiscais e externas este ano voltou a suscitar um debate no cenário brasileiro. O país está se defrontando com déficits gêmeos? Ou seja, não se pode descartar a hipótese de que a expansão fiscal está alimentando a demanda agregada e o consumo, que por sua vez está sendo atendido pelo aumento das importações e gastos com viagens no exterior.



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro



69440.17029

Finalmente, para completar a sequencia de maus resultados foi divulgado no último dia 30, quinta passada o ranking da competitividade 2013 publicado pelo International Institute for Management Development (IMD). Numa amostra de 60 países, o Brasil alcançou a 51^a posição, cinco abaixo do 46º lugar ocupado no ranking do ano passado. Na avaliação do coordenador do estudo as razões para queda foi que o Brasil concentrou sua dinâmica econômica no consumo em detrimento da produção, adiando reformas importantes para aumentar a competitividade, produtividade e os investimentos.

Sala das sessões,

Armando Monteiro